

PESQUISA SOBRE MEDIDAS DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS LEVANTAMENTO CNM

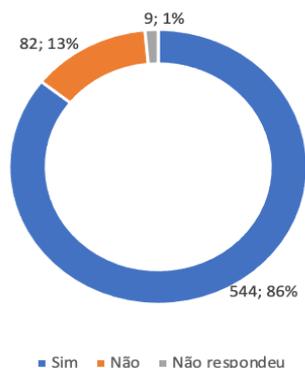
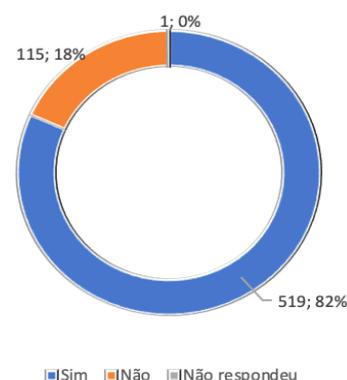
Nas últimas semanas, o país vem enfrentando ameaças e ataques a escolas, o que tem gerado preocupações e mobilizado os gestores na discussão e na busca de alternativas para impedir essa onda de violência contra estudantes e profissionais da educação no ambiente escolar.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) atenta à gravidade da situação e à importância da busca conjunta de respostas para garantir a segurança da comunidade escolar realizou levantamento das ações existentes e das que estão sendo implementadas para garantia da segurança, especialmente, por conta das constantes ameaças a unidades de ensino de todo país.

A pesquisa amostral abrange 893 Municípios. No período de 17 a 20 de abril de 2023, um total de 635 Municípios responderam à pesquisa. A metodologia utilizada levou em conta cidades de pequeno, médio e grande porte, de todas as unidades da Federação.

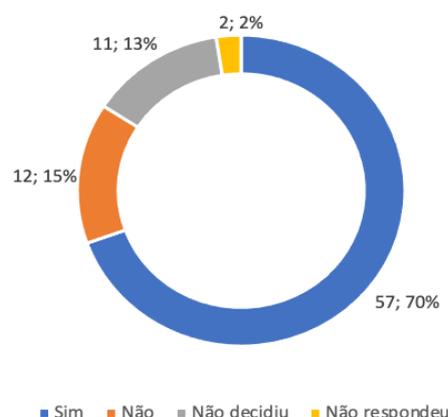
Resultados

Mesmo antes dos últimos episódios de violência ocorridos recentemente em escolas em várias localidades no país, a grande maioria dos Municípios pesquisados (82%) já adotava alguma medida de segurança nos ambientes escolares, e somente 18% não empregavam ações para garantir uma maior segurança nas escolas.



Apesar disso, os últimos episódios de violência fizeram com que a maior parte dos gestores municipais (86%) adotasse novas medidas para reforçar a segurança nos espaços escolares.

Ressalta-se que, dos 82 Municípios (13%) que tinham decidido não intensificar as medidas de combate à violência escolar, após os últimos atos ocorridos, 70% deles demonstraram interesse em reforçar as medidas de segurança nas escolas e 13% ainda não haviam decidido se iriam ou não investir nessas ações.



A pesquisa aponta que 7% (42) dos Municípios já registraram situação de violência no ambiente escolar com ameaça à vida dos estudantes ou profissionais, e 14% (87) sofreram ameaças de ataque ou atos de violência.

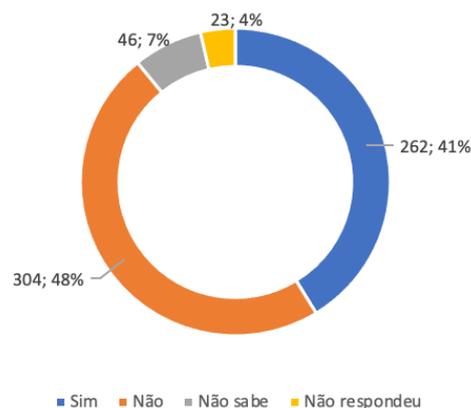
Medidas e protocolos de segurança

Dentre as diversas medidas e protocolos de segurança que já existem nas escolas municipais e que podem ser reforçados, as mais utilizadas são:

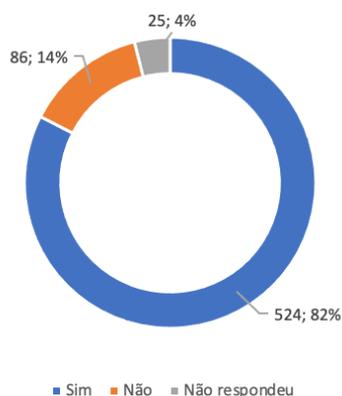


Também foram assinaladas outras ações que têm sido adotadas pelos Municípios no combate à violência, a exemplo de adoção de sistemas e tecnologias de segurança escolar; envolvimento dos Conselhos municipais existentes (escolar, de segurança, municipal, tutelar etc.); serviços de segurança pública e privada (bombeiro, polícias, guarda, defesa civil, serviços de ronda, patrulha, vigias, vigilantes etc.); criação de grupos de *WhatsApp*; e ações coordenadas entre as secretarias municipais de educação, obras, administração, saúde, entre outras.

A maioria dessas ações que buscam fortalecer a segurança das escolas pode ser feita com recursos vinculados à educação, entretanto, quase metade dos Municípios pesquisados (48%) informa que não possui condições técnicas, financeiras e humanas para adotar/ampliar os protocolos de segurança no ambiente escolar. E 7% alegaram não saber se teriam essas condições para ampliar ações para tornar o espaço educacional mais seguro.



Serviço de apoio psicológico



Cerca de 82% dos Municípios possuem serviço de apoio psicológico na rede municipal de ensino junto à comunidade escolar para enfrentamento de situações de violência no ambiente escolar.

Em razão dos episódios e ameaças de violência nas escolas, diversas ações estão sendo desenvolvidas por esses serviços, sendo que a

realização de ações coordenadas com a Secretaria de Saúde para atendimento psicológico de alunos, profissionais da educação e comunidade escolar, em geral, é a registrada por 79% dos pesquisados. Além disso, 76% dos Municípios estão contratando psicólogos e assistentes sociais para atuar na rede escolar, e 69% buscam desenvolver programas/ações psicossociais nas escolas.

Dentre os serviços e instituições existentes nos Municípios que têm atuado na prevenção e no combate à violência, especialmente, nesse momento por qual passa a comunidade escolar, as que prevalecem são os serviços de polícia e de segurança diversos (63%). Além desses, foram apontados por 30% dos gestores a Guarda Civil Municipal; o Conselho Municipal de Segurança (27%) e os Agentes Municipais de Trânsito (16%).

Considerações da CNM

A pesquisa apontou que a preocupação com a segurança nas escolas sempre foi uma realidade nas cidades brasileiras. Porém, os recentes episódios de violência têm levado os gestores a discutir, implementar e/ou ampliar estratégias para prevenir as ameaças e os atos de violência escolar.

Destaca-se os dados preocupantes que apontam que 8% dos Municípios já registraram situação de violência no ambiente escolar com ameaça à vida dos estudantes ou profissionais, e 15% sofreram ameaças de ataque ou atos de violência. Foi possível identificarmos que o problema ocorre em Municípios de perfis e localidades diferentes.

Embora 86% dos Municípios pesquisados tenham implementado e/ou reforçado medidas e protocolos de segurança nas unidades de ensino, quase a metade deles não possui condições financeiras e técnicas para realizar essas ações.

Até o momento, o governo federal anunciou cerca de R\$ 3,5 bilhões em ações para o enfrentamento dessa situação nos Estados e Municípios, no entanto, 85% **não são recursos novos**, pois R\$ 1,8 bilhão já está em posse das escolas estaduais e municipais nas contas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) qualidade, com a possibilidade de agora serem usados na adoção de medidas de segurança. Além disso, dos recursos do PDDE básico, R\$ 1,1 bilhão são recursos que já seriam repassados este ano, ou seja, o programa teve um reforço financeiro de apenas R\$ 100 milhões, com uma de suas parcelas adiantadas para o mês de abril.

Portanto, recursos novos para as importantes ações imediatas e preventivas de enfrentamento à violência segurança escolar totalizam somente cerca de R\$ 540 milhões, sendo R\$ 100 milhões para o PDDE básico; R\$ 150 milhões do edital do Ministério da Justiça e Segurança Pública para fortalecer as Guardas Municipais; R\$ 200 milhões para o Plano de Ações Articuladas (PAR) e R\$ 90 milhões para o Programa Saúde na Escola (PSE). Se considerarmos apenas as 107,1 mil escolas municipais em atividade, essa verba federal representaria cerca de R\$ 5 mil por escola.

Não obstante o fato desses recursos serem insuficientes para realizar as ações necessárias para a segurança no ambiente escolar, tem-se o fato de que **esse apoio financeiro não será destinado somente aos Municípios e, ainda, não contemplará todos os Entes** porque dependem de atendimento aos critérios estabelecidos para concorrer a receber os recursos federais.

Para a entidade, não é possível um planejamento efetivo sem o conhecimento profundo acerca da realidade enfrentada. Referência em diagnóstico municipal, a CNM realiza monitoramento e pesquisa junto aos gestores de todo o País com o objetivo de compreender melhor esse cenário, as ações em desenvolvimento e os desafios para o enfrentamento da situação. Os dados preliminares e as demandas dos Municípios seriam apresentados pela entidade em reunião realizada pelo governo federal sobre o tema na última terça-feira, 18 de abril, mas não foi dado espaço de fala à Confederação, que esteve representada pelo primeiro tesoureiro, membro da diretoria política da CNM e prefeito de Santarém (PA), Nélio Aguiar.

Por fim, a CNM destaca que, apesar da necessidade e relevância da adoção de medidas emergenciais para enfrentar o cenário, não se pode abrir mão de medidas estruturantes, que atuem na raiz desse problema. Além do apoio técnico e financeiro da União, é preciso que esse debate não se esgote e que sejam ouvidos aqueles que estão na ponta, vivenciando de perto as angústias da população. É fundamental integrar efetivamente autoridades e sociedade para que sejam adotadas medidas resolutivas tanto no que se refere à situação emergencial quanto à estruturante. É preciso diálogo e envolvimento para restabelecer a cultura de paz em nossas escolas e sociedade.